

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 159.ª Sessão Ordinária
Realizada em 22 de Setembro de 1971 — (4.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsini, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Mugiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Domicio Scaramella e Xenofonte Villanueva (45); achando-se ausente os Srs. Deputados Paulo Poli e Santos Lima (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, ouvido o Plenário;

REQUER:

A inserção em Ata, de um voto de congratulações e regozijo, pela Benção do Laboratório de Biologia Terrestre e do Campus avançado da Universidade Católica do Paraná e pela inauguração dos edifícios destinados ao Anfiteatro, Biblioteca e Administração das Escolas de Serviço Social e Enfermagem, a realizar-se no Campus daquela Universidade, respectivamente dia 23 e 24 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja oficiado ao Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto e ao Exmo. Sr. Reitor da Universidade Católica do Paraná, Dom Jerônimo Mazzarotto.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Fuad Nacli

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais

requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, veemente apelo no sentido de que seja regulamentado, para efeitos de declaração de Imposto de Renda, o abatimento correspondente às "despesas de representação", referentes a serviços prestados no interior do País.

É oportuno o presente requerimento de vez que, facultado o abatimento referido por dispositivo legal emanado daquele Ministério, vêm sendo glosados em suas declarações todos aqueles que deduzirem de sua renda bruta importâncias referentes a gratificações de representações, sob a alegação de que o dispositivo autorizatório não foi ainda regulamentado.

Solicita, ainda, que o apelo seja encaminhado também à Bancada do Paraná junto à Câmara e ao Senado, na certeza de que os representantes do povo de nosso Estado bem saberão ir de encontro aos anseios de um considerável número de compatriotas que, cónsios de suas responsabilidades, não querem se furtar, mas querem ser devidamente orientados em suas contribuições para com o Tesouro Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Nelson Buffara

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pedido de informações consubstanciado nos quesitos seguintes:

1 — Em que data o Morgan Guaranty Trust Company of New York depositou na Agência do Banco do Brasil, em New York, a quantia referente ao Convênio de Financiamento para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná?

Em quanto monta esse depósito?

2 — Dessa data do depósito até a presente, o Governo do Estado já pagou qualquer taxa correspondente a operações para o financiamento?

3 — Quanto já deve o Governo do Estado ao Morgan Guaranty Trust Company Of New York, a título de taxa, pelo fato de não ter ainda terminado a sua habilitação para o recebimento do financiamento?

4 — Quais os motivos que levaram o Governo do Estado a baixar Edital de Abertura de Concorrência pública destinada à remediação da Central do Paraná?

5 — Quais os motivos que levaram o Governo do Estado a adiar de 27.7.71 — data de publicação do primeiro Edital — para 13.10.71, o prazo para entrega de propostas à Concorrência acima citada?

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro adiamento de discussão do Requerimento de minha autoria propondo Comissão de Inquérito no DETRAN, para a Sessão de amanhã, dia 23 de setembro de 1971.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1. A contribuição magnífica prestada à cultura brasileira pelo compositor paranaense Bento Mussurunga;

2. A bondade e o despreendimento do ilustre compositor que, entre outras atitudes de demonstração de amor ao Paraná, por ocasião do incêndio que des-

truiu instalações do Teatro Guaira, doou todos os direitos autorais sobre execução de várias de suas peças para ajudar a reconstrução do teatro;

3. Que, dentre uma centena de laureadas músicas, compôs o Hino do Paraná, oficializado pelo Governo do Estado, além de, fato inédito, ter composto o Hino do Cinquentenário e do Centenário de um mesmo Estado;

4. A magnífica publicidade às artes paranaenses, prestadas pelo seu talento, cultura, inteligência e exemplar caráter;

5. O dever desta Assembléia Legislativa em prestigiar aqueles que em todos os setores de nossa vida colaboraram para a grandeza e a pujança do Paraná, notadamente nossos filhos ilustres;

6. Que, o próximo dia 23 de outubro marca o primeiro aniversário de morte de Bento Mussurunga,

Requeiro à Mesa, regimentalmente,

a) Oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo a S. Exa.

1.º) — Que se organize na Biblioteca Pública do Estado uma exposição retrospectiva da vida de Bento Mussurunga, utilizando-se de material em poder de seus familiares;

2.º) — Que se determine a todas as diretoras de estabelecimentos de ensino primário da rede estadual, palestras aos alunos, no período de 18 a 23 de outubro, sobre a vida e a contribuição prestada ao Paraná pelo maestro, evidenciando-se os exemplos de trabalho, esforço, cultura e dedicação prestados à nossa comunidade.

b. Que se destine a sessão da Assembléia Legislativa do Estado do próximo dia 22 de outubro do corrente ano, para reverenciar a memória do inesquecível paranaense.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Maurício Fruet

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 202-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Distrito de Tamarama, Município de Londrina, uma Escola Normal, de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de Lei dotar o Distrito de Tamarama, Município de Londrina, de cuja sede se encontra muito distanciado, de um estabelecimento de ensino capaz de propiciar à sua população estudantil, que conclui o 1.º ciclo, de continuar os seus estudos.

A criação de tal estabelecimento virá, além do mais, beneficiar também, os moradores de Paiquerê, Lerroville, Londrinópolis e Guairacá, todas do mesmo Município de Londrina.

Em face de tais circunstâncias, apresentamos este Projeto à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, no final, a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 203-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube dos Doadores de Sangue de Londrina, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1971.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, como se vê, de Associação destinada a congregar os doadores de sangue da cidade de Londrina, verdadeiros heróis anônimos, responsáveis pela salvação de muitas vidas e que deve, por isso, merecer o respeito e a consideração não só da sociedade londrinense, mas também dos Poderes Públicos. Daí o Projeto que ora submetemos ao estudo e deliberação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de comunicar a presença em Plenário do sr. Dario Almeida Leite, antigo gerente do Banco Noroeste.

Não havendo oradores no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na Capital da República, na manhã de hoje, reuniu-se o Diretório Nacional da Aliança Renovadora Nacional, partido em que este Deputado tem a honra de ser o Vice-Presidente do Diretório Regional.

Em contato telefônico mantido com o Senador João de Mattos Leão, Presidente da Seção Paranaense da ARENA, tomamos conhecimento dos assuntos em pauta que, ao final da reunião foram, através da assessoria, tornados públicos para conhecimento de todas as seções do Partido, nos diversos Estados.

Na oportunidade, solicitei-me o Presidente do Partido, comunicasse aos srs. Deputados, principalmente da ARENA, que no próximo dia 8 de outubro estará nesta Capital o Presidente Nacional da ARENA, deputado Batista Ramos, para presidir uma reunião em que serão debatidos assuntos relativos à nova Lei Orgânica dos Partidos, e também detalhes que dizem respeito à dinamização da ARENA no interior paranaense.

Convém ressaltar também e nesta reunião foi aprovado pelo partido, a regulamentação das disposições da Executiva Nacional, no sentido de estabelecer condições para um funcionamento melhor do Partido nos Estados.

Desejava também, e quero fazer justiça, e me excludo, aos membros do Diretório Estadual, que no entender do Presidente Nacional da ARENA, é o Partido melhor organizado no País, a Seção paranaense da Aliança Renovadora Nacional. O Paraná é o único Estado da Federação que tem Diretórios Municipais constituídos em todas as comunidades, com exceção do Município de Umuarama, onde já foram tomadas providências para que, no terceiro domingo de janeiro, aquele Município tenha também seu Diretório legalmente constituído.

A informação que trago tem, também, o sentido de isentar o Senador João de Mattos Leão e seus companheiros de executiva das críticas que, porventura, lhe tenham sido dirigidas como se o Partido estivesse desreocupado com a sua dinamização.

É a ARENA do Paraná o Partido que tem suas finanças equilibradas. É bem verdade que a Arena deve estar em condição à sua Bancada nesta Casa de Leis, aos Secretários de Estado, aos Diretores de Departamento que, dentro do que preceitua o Estatuto do nosso Partido, contribuem mensalmente com recursos que possibilitam o pagamento das despesas referentes à sua manutenção.

A informação de que a ARENA, Seção do Paraná, vai reunir-se, no próximo dia 8 de outubro, sob a Presidência do sr. Batista Ramos, é para todos os arenistas do Paraná confortadora e alentadora porque nesta oportunidade

S. Exa., que tem visitado todas as unidades da Federação, ouvindo os líderes partidários, haverá de incluir em seu Relatório possíveis acontecimentos ou descontentamentos que existam dentre as Lideranças, às mais heterogêneas, que hoje integram a ARENA do Paraná.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Tomazoni, pela primeira vez, hoje, nesta Casa vai um Deputado à Tribuna para falar em termos partidários. É um Deputado do Partido da Situação, em especial V. Exa., Vice-Presidente do Partido da situação em nosso Estado.

Segundo diz V. Exa., o Partido está bem organizado, com Diretórios funcionando numa demonstração de eficiência.

O nobre Deputado abordou um tópico muito interessante. Nós que não somos do Partido da Situação sabemos desta falta de unidade do Partido situacionista.

Já que V. Exa. está na Tribuna abordando aspectos positivos da vida político-partidária da agremiação a que pertence, como vê, tendo em vista as declarações um tanto acres do Governador do Estado, acusando seus companheiros de Partido de má direção e malversação de dinheiro, repito, como vê estes acontecimentos?

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IVO TOMAZONI — Antes de responder o aparte do deputado Nivaldo Krüger, vou conceder o aparte ao Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Sr. Deputado, a notícia da visita do Presidente Nacional da ARENA, Deputado Federal Batista Ramos, é realmente alvareira para os integrantes da Aliança Renovadora Nacional, porque entendemos que, desta forma, através do diálogo e do debate interno, nós poderemos transformar a ARENA, que hoje é um aglutinado de políticos, em um verdadeiro Partido político, apesar dos seus vícios de origem.

Quanto à indagação do Deputado Nivaldo Krüger com relação às dissensões internas, se V. Exa. me permite, gostaria de dizer ao eminente líder do MDB, que a ARENA, assim como o MDB, é um Partido de atuação e de âmbito nacional, e que os arenistas todos têm um ponto em comum, é o apoio e a defesa dos ideais da Revolução de 1964, e apolamento às medidas e às metas do Governo Federal. Episodicamente, como hoje acontece, divergimos com relação à atuação do Governo do Estado. Isto não significa, entretanto, uma dissensão abismal em termos ideológicos, em termos de pregação política entre os membros desta Bancada ou do mesmo Partido; estamos, alguns, em posição de independência com relação ao Governo do Estado. Não significa isto traição ou sequer repulsa à linha de conduta do Partido como instituição política de atuação no âmbito nacional.

O SR. IVO TOMAZONI — Eu me permito ir um pouco mais longe das ponderações feitas pelo nobre Deputado Cândido Manoel.

É verdade que a ARENA, em função do seu partidarismo a que estamos hoje submetidos, foi e é até certo ponto um agrupamento de políticos, eu poderia dizer, o mais heterogêneo agrupamento de políticos, e nem poderia ser diferente, mesmo porque na opção que os líderes tiveram que fazer diante de filiar-se ao Partido de Oposição e ao Partido de Governo, a maioria — e isto é facilmente constatável — preferiu filiar-se ao Partido que está hoje dando sustentação política à obra do Governo instalado em 1964, no Brasil. Esta diferença de maneira e de vidência política tida até então, mantida até então pelos diferentes homens que fazem política no Paraná principalmente, nós não podemos aqui manifestar sequer uma Carta de Princípios filosóficos ou ideológicos, nós conhecemos que ainda lutamos na ARENA com a dificuldade de conscientizarmo-nos da hora presente, da realidade brasileira, somos todos nós originários de Partidos, alguns em cujas Cartas de Princípios defende-se por excelência a classe média nos seus interesses, outros de Partidos tidos mais

como populistas porque eram trabalhistas, e Partidos outros tidos como de direita, em consequência, que devessem, ou deveriam dentro da sua Carta de Princípios, defender uma burguesia. Daí as dificuldades de ordem interna enfrentadas pela ARENA, mas nós devemos confessar ao longo do exíguo espaço de tempo em que a ARENA existe, muitas destas dificuldades de diálogos existentes no início da formação de partidos, foram sendo superados.

Hoje, já se pode unir ou reunir a Bancada da ARENA em qualquer Município do Paraná nos Legislativos Municipais, e conseguir-se uma conduta que é aquela que interessa ao Partido em função da posição dos detentores dos postos de mando. É verdade que, hoje, ocorre isto nas seções municipais e aqui no âmbito estadual, poderia citar como exemplo, a ARENA, tanto quanto o MDB, poderiam valer-se dos dispositivos da Lei de Fidelidade Partidária, para em determinadas ocasiões exigir, do seu Partido, comportamento unânime, quando matéria relevante estivesse sob a consideração de um Plenário. Tocava, pretendeu até hoje, o nosso Partido, não violentar a consciência parlamentar de nenhum membro do seu Partido, porque as reuniões sucessivas do Partido com a palavra de ordem do comportamento que devesse ser seguido pelo Deputado na votação de terminada matéria, poderia daí sim, violentar os princípios que determinados Deputados pudessem acalentar na sua formação política.

Quero crer que a ARENA do Paraná, sempre que necessário foi, soube se reunir e tomar posição diante dos acontecimentos que possam representar o interesse do nosso Estado.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

É um grande prazer, Deputado Ivo Tomazoni, estabelecer pela primeira vez, nesta Assembléia, um diálogo eminentemente político em termos partidários como pretendi. É evidente, que eu não pretendo me imiscuir em problemas de economia interna de Partido, é apenas isto que eu queria, ouvir de V. Exa., também na expressão do Deputado Cândido Martins de Oliveira, de que os partidos ainda carecem muito de autenticidade, dada as razões de V. Exa. compreendemos isto plenamente.

Como nós nos colocamos em posição oposta ao ponto de vista político do Partido de V. Exa., que como diz V. Exa., seu Partido tem tomada de posição de grande interesses para o Estado, eu discordei e achei, que para o Paraná, falo agora, como homem de partido, também neste diálogo agradável que estabelecemos aqui, que a atitude do Partido de V. Exa., ao afixar o direito de indicar o Governador do Estado, transferindo à pessoa que não tem vida, não tem vivência no Estado do Paraná, como ocorreu no passado. Foi uma atitude que não corresponde, no meu modo de ver, a um grau de desenvolvimento do nosso Estado, à personalidade política, às lideranças do nosso Estado, mesmo àquelas de grande projeção nacional, que não pertencem ao meu Partido mas que pertence ao Partido de V. Exa., que integra para a grande honra do Partido de V. Exa., como alguns Senadores, como Deputados federais, ex-Governadores. Eu não entendo, nobre Deputado, e é uma pergunta que eu gostaria de fazer, sempre tive vontade que ela me fosse respondida por alguém da cúpula e ninguém melhor que V. Exa., porque afixou a ARENA do Paraná, o direito líquido e certo de indicar o seu candidato a Governador ao Presidente Médici.

Gostaria de saber, porque me doeu muito como paranaense, ver que os homens que detêm a situação no Estado, não se impuseram diante do Presidente da República, pelo contrário, dobraram-se à vontade da cúpula partidária, afixando o direito de indicação do candidato a Governador do Paraná. É assunto político, V. Exa. não está obrigado a responder, mas é uma indagação.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, ninguém melhor do que V. Exa. que, liderando nesta Casa a honrosa Bancada do M.D.B., para arguir de quem está na Tribuna sobre este detalhe, detalhe para nós absoluta,

mente nem um pouco constrangedor, porque o problema sucessório no Paraná foi tratado pelo Partido da maneira mais aberta, mais franca e eu deveria até afirmar, mais leal. Veja V. Exa. quando Estados, e eu me refiro a Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e outros tantos, já tinham o seu candidato indicado pelo Sr. Presidente da República, nós tivemos no Paraná a visita do então Presidente Nacional do nosso Partido, deputado Rondon Pacheco, hoje Governador das Minas Gerais e conosco conviveu 72 horas, ouvindo separadamente, isoladamente, como nós dizíamos, no confessionário da sede do nosso Partido, todos os Deputados e postulantes, querendo saber deles a posição política do Estado do Paraná, face à escolha do futuro Governador paranaense. Lembro-me de quantas pessoas foram atendidas, por S. Exa. porque fui eu, na condição de Vice-Presidente, o encarregado de estabelecer as audiências, de programá-las, de orientá-las e, na linguagem mais popular, de abrir e fechar as portas, estabelecendo-lhe até o horário do diálogo convencionado. E veja, nobre Deputado, só depois, muito depois de ouvidas todas as lideranças, e não entro em unanimidade, em momento algum, é que S. Exa. pôde encaminhar à consideração do Sr. Presidente da República o relatório das pendências da classe política paranaense. Em momento algum, quando os srs. candidatos a Deputado, Prefeitos e Vereadores arenistas deste Paraná, manifestaram a sua preferência, em momento algum outras lideranças manifestaram preferências. É verdade, nobre Deputado, que na maioria dos Estados brasileiros, e eu me permitiria dizer, na totalidade delas os Governadores dos Estados foram escolhidos egressos das fileiras da extinta U.D.N. e P.R.P. Nós que acompanhamos e procuramos sempre que possível acompanhar a política do plano nacional, entendíamos e entendemos, naquela oportunidade, que era chegada a hora de reivindicar para o grupo arenista, egresso da antiga U.D.N., o privilégio de escolher um companheiro de Partido. Entendemos, ante às indicações que estavam surgindo e as anunciadas como possíveis, estava a indicar que era chegada a hora desta tendência política ajudar na administração estadual a obra revolucionária, em tão boa hora implantada neste País e foi daí, nobre Deputado, que eu me permito neste instante, sem querer ser agradável ao Sr. Governador de Minas Gerais, dizer que foi ele que se insurgiu contra a proposta formulada por um sr. Deputado do meu Partido sobre que ele deveria receber os Srs. Deputados numa reunião da Bancada; ou para facilitar-lhe a tarefa de auscultar a opinião de cada um; receber os Deputados em grupos de 5, 8 ou 10. Ele insurgiu-se contra a proposta, dizendo que veio ao Paraná para ouvir, como ouviu, isoladamente, todas as lideranças; e, por incrível que pareça, nobre Deputado, todas elas, ou quase todas elas, se nos fosse dado divulgar o resultado daquela consulta, nós teríamos uma afirmação que é alentadora, confortadora, que indica que estamos todos dispostos a respeitar uma liderança. Porque, fornecidos os nomes preferenciais de cada um, os consultados afirmaram: aceitamos de bom grado a indicação a ser fixada por S. Exa. o Sr. Presidente da República, porque reconhecemos nele, não a autoridade, mas a liderança pela qual nós tanto ensinamos neste País, e agora a temos, pela maneira correta, pela maneira austera, com que ele vinha dirigindo a Nação e também controlando as atitudes de partidos.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Ivo Tomazoni, o depoimento político que V. Exa. faz a esta Assembléia, nesta tarde, é verdadeiramente histórico, porque traz ao conhecimento desta Casa, e através dela, ao conhecimento do povo do Paraná, a forma como este determinado grupo, dentro da Aliança Renovadora Nacional, lutou e conquistou o Governo do Estado. Ainda, segundo esta ordem de raciocínio, após a luta desses grupos, UDN e PRP, segundo as suas palavras...

O Sr. Ivo Tomazoni — Deputado, Cândido Martins de Oliveira, só permitame, já devolvo a palavra a V. Exa. por favor, não vamos confundir a minha afirmação. Por favor, vamos colocar as coisas nos devidos lugares.

Afirmei que quem acompanhava ou acompanhava a política no âmbito Nacional, pela indicação já procedida na época, para nomes que deveriam ocupar os Governos de determinado Estado e, pela divulgação de nomes de possíveis nomes para governar outros Estados, havíamos entendido que a maioria ou quase a totalidade dos escolhidos eram egressos das fileiras da União Democrática Nacional e do Partido de Representação Popular. Daí termos entendido nós de que era chegada a vez de também lutarmos aqui, para que a escolha do paranaense ou do brasileiro a dirigir os destinos do Paraná, recaísse na pessoa de alguém também egresso das fileiras do nosso Partido.

Esta foi a minha afirmação, que eu peço favor, não seja truncada, para não me deixar numa situação que eu pretendo evitar.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Exatamente, V. Exa. com palavras mais longas e num raciocínio mais desenvolvido, disse exatamente aquilo que em curtas palavras, eu havia afirmado, de que a tendência demonstrada de indicação de governadores, o PRP animou o grupo do Paraná oriundo destes dois Partidos, a lutar pela indicação idêntica no Governo do Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Ao menos animou a mim.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Grupo que levou ao conhecimento do Deputado Rondon Pacheco a disposição de um grupo da ARENA do Paraná em levar um oriundo da UDN ao Governo do Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Luta válida.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Claro. Ninguém está discordando. Apenas para efeito de raciocínio, para chegar enfim a uma resposta, incluí ao deputado Nivaldo Krüger. Após a vitória deste grupo na indicação do nome do sr. Haroldo Leon Peres a um seu correligionário da ex-UDN, deputado Rondon Pacheco...

O SR. IVO TOMAZONI — Feliz coincidência.

O Sr. Nivaldo Krüger — O futuro dirá se foi feliz ou não.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — ... após esta homologação o Partido foi convocado para, em Convenção, estudar e analisar a indicação do sr. Haroldo Leon Peres por S. Exa. o sr. Presidente da República. Indicação esta feita em Brasília e divulgada em primeira mão ao ex-Governador Paulo Pimentel, ao atual Senador Ney Braga, ao atual Senador Matos Leão, ao atual Deputado Federal Accioly Filho. E na Convenção, para homologação da candidatura do sr. Haroldo Leon Peres ao Governo do Estado, das candidaturas ao Senado, das candidaturas da ARENA a Deputados federais e estaduais, o sr. Haroldo Leon Peres conseguiu o apoio unânime dos membros da ARENA graças a seus pronunciamentos anteriores com relação à sua posição política futura e graças aos seus pronunciamentos feitos naquela Convenção onde, inclusive, e se estou bem lembrado, foi aplaudido em pé quando afirmou as seguintes palavras: "Fui Deputado Estadual, sou Deputado Federal e serei Governador do Estado sem nunca ter exercido ou eleito comandos políticos. Não os considero necessários, mas, ao contrário, julgo-os perniciosos". Prosseguindo, disse o candidato indicado: "Delegacias de Polícia, Ginásios, Serventias de Justiça, Grupos escolares, Representações regionais ou municipais de órgãos públicos não se podem transformar em instrumento de politicagem. Nem os funcionários podem sujeitar-se, até mesmo pela sua dignidade pessoal, a simpatias ou antipatias eventuais de também eventuais chefes políticos. Não compreendo e não aceito que qualquer órgão do Poder público necessite "autorização" dos comandos políticos para atender reivindicações ou praticar atos inerentes à sua própria atribuição. Não compreendo e não aceito que um Prefeito não possa ser atendido se não estiver afinado com os Deputados de sua região. Não

compreendo, não aceito que se imponha à gente do interior a submissão a um comando que com ela não convive, não a conhece e não sente os seus problemas.”

“Este é o meu pensamento”, disse naquela ocasião o deputado Haroldo Leon Peres, e “assim será a minha atuação política à frente do Governo e este também é o entendimento da Revolução e desde já anuncio que não contarão comigo como não pretendo contar com eles se não estiverem afinados a esta compreensão de atividade política”. Graças, deputado Nivaldo Krüger, a estas palavras que hoje tenho a honra de reproduzir, nesta Casa, do então candidato Haroldo Leon Peres, S. Exa. conquistou o apoio definitivo da maioria dos convencionais da ARENA.

Infelizmente, os tempos mudaram, as palavras de ontem parece que foram esquecidas. O “sim” que era “sim” transformou-se em “sim” para alguns e “não” para uns tantos, “não”, sobretudo para aqueles que não se sujeitam aos caprichos do Chefe do Poder Executivo.

Por isso, vemos, hoje, essa dissensão dentro da ARENA do Paraná, vemos os Diretórios municipais serem desrespeitados pelo Governo eleito pela ARENA indicado pelo Presidente da República que também é da ARENA.

O SR. IVO TOMAZONI — Antes de permitir o prazer sempre renovado de conceder novos apartes, eu me permito algum reparo ao aparte do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

É verade, S. Exa. disse bem, os tempos mudaram. Mudaram como? Veja V. Exa. nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, eu aprendi de um Líder do extinto PSD, líder de V. Exa., que a política — e V. Exa. estava com os que faziam política filiados naquele Partido — dizia ele que “a política é uma cessão” quando reivindicávamos, na época, o direito de exercermos nas nossas comunidades, como nossos companheiros, como nossos amigos, as lideranças locais.

E, dentro da política, tudo se repete, e isto é histórico. Também no Paraná, atendendo à realidade das coisas, o Sr. Governador se viu na contingência de reformular, e reformulou, para melhor, o pensamento que tinha sobre a não distribuição de comandos políticos, sobre o privilégio de poder ouvir as lideranças locais. Porque assim estaria ouvindo as reivindicações dos Municípios do Paraná. Porque não se pode pretender que numa simples viagem que S. Exa. o Sr. Governador do Estado faz para o Interior, fique informado quando um funcionário público está prevaricando; quando uma autoridade estadual está a exorbitar de suas funções, de sua autoridade, quando funcionários estão enegrecendo uma obra de Governo.

O Sr. Governador, absolutamente, não distribuiu comandos políticos indiscriminadamente; distribuiu, isto sim, responsabilidades políticas entre os seus amigos, Deputados estaduais da ARENA e tem tido deles o assessoramento necessário para impedir que, neste Governo se cometam barbaridades como as cometidas no passado.

Não quero, desta Tribuna, rememorar episódios que muito nos entristeceram na vida pública, como aquele semelhante ao do Prefeito municipal de um Município exaurido nas suas finanças, que, recorrendo à uma Secretaria de Estado foi moralmente ofendido, por atitudes e por palavras, por determinado político que lhe afirmava que por estar aquele Prefeito da ARENA, vinculado à liderança deste Deputado que está usando da palavra, haveria ele de comer o pó da terra.

E vimos muita perseguição nos grupos escolares e em tantos outros setores. Temos que acreditar que esta Bancada da ARENA, composta de homens responsáveis que, quando fazem uma indicação não a fazem pretendendo a desgraça de uma coletividade; não se faz pretendendo locupletar-se não se faz pretendendo espesinhar, ferir ou massacrar, que é o termo usado aqui, aqueles que não tem seguido às lideranças atuais e locais.

Nós temos que acreditar que a consciência de cada um dos srs. Depu.

tados da ARENA, está posta a serviço da sua coletividade, ajudando o desenvolvimento de seu Estado. É assim que vejo os srs. Deputados. Se dentre eles alguns não conseguiram estabelecer o diálogo, como seria de se esperar viessem a estabelecer, porque o Governador não impôs a nenhum Deputado condições de subserviência para dar-lhes o direito de indicação de homens capazes para postos na administração pública, se alguns Deputados não tiveram capacidade de estabelecer esse diálogo, não se culpe o Governador do Estado por pretender, por desejar administrar, assessorando-se com os homens de seu Partido, fortalecendo-os e fortalecendo-os está a fortalecer o Partido, que é a ARENA, motivo principal de minha presença na Tribuna. Precisamos não dispôr dessa tendência, de quando fala mos do nosso litigante, ver nêle o assanino de nossas idéias.

Quando este Deputado lutou na Oposição, nunca pretendeu o direito de indicar os responsáveis nos cargos públicos nos Municípios em que eu pretendia ter liderança. Satisfazia-me com a beleza, com a grandeza de poder expressar, dar vazão às queixas sentidas de minha gente. E por que alguns Srs Deputados pretendem as duas coisas, fazer oposição criticando os homens que fazem governo, ao invés de aconselhá-los, ao invés de dialogar com eles, pretender a mudança do errado para o certo, pretendem, isso sim, desta Tribuna e nas visitas lá no interior, desestimular os paranaenses, dizendo que o Paraná foi infeliz na escolha de seu Governador de Estado e, ao mesmo tempo, pretendem o direito de conservar, manter ou conduzir seus seguidores para os postos de direção e responsabilidade na administração pública.

A incoerência não é do sr Governador do Estado, a incoerência é daqueles que não souberam se fixar, quando deviam tê-lo feito. Não há, neste Paraná, um Prefeito Municipal que afirme — e daí o repto desta Tribuna — que para visitar uma Secretaria de Estado, um Departamento ou o Diretor de qualquer Departamento, tenha de fazê-lo pelas mãos de um Deputado. Não é verdade que alguém possa afirmar isso. Porque o Secretário de Educação, pela primeira vez na história do Paraná, está distribuindo material escolar por cota correspondente ao número de alunos matriculados nas escolas do interior. Pela primeira vez no Paraná, quando se compra remessa de fogões, máquinas de escrever e mimeógrafos, pela primeira vez, não se faz a distribuição com a presença de políticos ou familiares à porta da Secretaria, a exigir a carta de apresentação dos políticos dominantes.

Pela primeira vez no Paraná se está procurando falar a linguagem revolucionária, que é a linguagem que a ARENA deve defender, porque é um Governo de austeridade, de igualdade.

Os Vereadores têm diferença com Prefeitos Municipais, e vice-versa, mas que não se responsabilize o governante, que não se pretenda dizer que o responsável pelo desentendimento é o Partido, a sua cúpula diretiva. Temos todos nós a capacidade de reconhecermos os nossos erros na condução dos problemas políticos que nos são apresentados e então, sim, quando soubermos o que queremos e que não podemos pretender tal coisa, estaremos em condições de dialogar.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte

O SR. IVO TOMAZONI — Vou conceder o aparte ao Deputado Armando Queiroz, que por quatro ou cinco incursões já me havia solicitado aparte. Peco, igualmente, desculpas ao Líder do MDB.

O sr. Armando Queiroz — O meu aparte terá que abordar dois tópicos de seu discurso e os dois se enfeixam num problema de rememoração, de voltar atrás, de reviver fatos.

Iniciarei pelo segundo tempo, para analisar este problema tão combatido aqui hoje, tão espesinhado, do Governador reconhecer a Deputados lideranças políticas onde eles ganharam as eleições.

Farei um retrospecto de nossa história política. Nos idos de trinta para cá vimos que quem mandava era o PRP, famoso através de todos os seus homens dentro do Partido. Prefeitos e Deputados, cada um, dava de si um pouco para ajudar o Governo.

Se ultrapassarmos essa fase, iremos ver que no Estado de São Paulo, um certo deputado Armando Salles de Oliveira, fundou um Partido e passou a governar com esse Partido, dando prestígio a todos aqueles que o apoiavam.

Se continuarmos aqui nesta Casa, iremos ver que ao tempo em que o Governador era do PSD, era todo o PSD do Paraná prestigiado, não somente uma parcela.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — É isto que defendemos.

O sr. Armando Queiroz — Vamos além. Ao tempo do Governo de Ney Braga, era ele apoiado por dois Partidos aqui nesta Casa, pelo PDC e pela UDN. Discursos veementes se faziam contra o Governador por Deputados do PTB que não perdoavam o Governador. De um dia para outro, num entendimento de mágica, esse Partido uniu-se ao Governador e aqueles Deputados que, na véspera, atacavam o Governador passaram a defendê-lo, porque o Governador dava a eles o mesmo tratamento que recebia.

Voltando ao tempo de Ney Braga, a UDN cindiu-se nesta Casa e alguns Deputados decidiram se separar do Governo de Ney Braga e passaram, então, a ter tratamento igual.

Não vejo nada de mais que o Partido sendo composto, como é, de filiados, Vereadores, Prefeitos, representantes de todas as agremiações e correntes, não sejam eles prestigiados pelo Governo desde que se afinem e apoiem o mandante da política do Estado.

Este o aparte que queria dar com relação aos comandos políticos.

O deputado Nivaldo Krüger está pretendendo saber como nós da ARENA chegamos a apoiar o atual Governador Haroldo Leon Peres.

O sr. Nivaldo Krüger — Não é isto...

O sr. Armando Queiroz — Não sei se já foi dito aqui que, naquela memorável visita do Presidente Rondon Pacheco, na sessão de encerramento, a convenção reunida, por unanimidade, delegou ao Sr. Presidente da República, por escrito, poderes para que no maior interesse do Movimento Revolucionário, poderes para que, em benefício deste País, e da política que se vinha implantando, sugerisse ou indicasse o melhor nome que, servindo ao Brasil, também pudesse servir ao Paraná.

Foi assim, Sr. Deputado, por delegação de poderes, que o nome do Sr. Haroldo Leon Peres chegou a nós e que posteriormente foi apoiado e votado, quando se fez Governador, pela votação desta Assembléia.

O SR. IVO TOMAZONI — O testemunho de V. Exa. está perfeitamente dentro daquilo que nós pretendemos, na nossa pobreza de argumentos, dizer. E o mesmo ocorreu no Governo imediatamente anterior ao atual. V. Exa. deve estar lembrado, eu também fui um dos primeiros homens a apoiar o então Governador Paulo Pimentel, fui talvez o primeiro a lançar o candidato ao Governo do Estado, já nos idos de 1963 e tive também o privilégio de ter a mim atribuída, a responsabilidade de lideranças políticas. Mas, no instante em que eu nesta Assembléia discordei de problemas de ordem política tratados por Sua Excelência, e que também, nobre Deputado, os meus comandos políticos transferidos a outras lideranças — e faço, nobre Deputado, e tenho, nobre Deputado, fotocópias de expedientes encaminhados pelo então Secretário do Interior e Justiça a mim e ao Sr. Secretário, este me deferindo as lideranças, que fomos de 14 para 12, de 12 para 8, de 8 para 5, de 5 para 4 nos expedientes sucessivos, se houver necessidade, para que não me contraditem, posso exibi-los, porque são hoje parte do meu arquivo — e aí está, nobre Deputado, a nós é deferida a confiança no diálogo, até onde saibamos defender o que o Governo considera e

nós considerarmos válidos para que se dê tranquilidade, paz social ao Interior paraense. E sempre isto ocorreu. Não vejo razão para que o Sr. Governador do Estado se amedronte, se enclausure, se abaixe à simples crítica às vezes até veemente de um Deputado da ARENA, deferindo-lhe a condição ainda de liderança política. Quero crer que, ao governante cabe o direito de saber à priori e de livre e espontânea vontade, com quem deva estabelecer o diálogo, aconselhar-se e perguntar em que mãos melhores estaria determinado serviço em determinada comunidade. É o entendimento, no dia em que eu tiver por ventura que discordar dos métodos políticos ou administrativos de Sua Excelência, malgrado a amizade que a ele sempre dediquei, e não seria novidade porque no Governo passado isto ocorreu. Eu arcaria com a responsabilidade de me justificar aos meus companheiros, e discorrer sobre o porquê da minha atitude, e de justificar a minha posição, sem pretender que a minha posição deva responsabilizar outrem pela atitude que eu deva tomar. É esta a coragem cívica que cada um de nós temos para deixar de defender e dizer ao Professor: Interrompi o diálogo porque considerei que se assim fazendo, teria eu condições, não sei se da imprensa escrita, falada, televisionada ou das rádios do interior, para melhor difundir meu nome, como homem que pretende fazer política, mais num sentido individual do que coletivo e partidário.

Poque humilde, como determinados candidatos a Deputado, que diziam nas suas pregações políticas, que se eleitos, haveriam de ser aqui, Deputados altamente independentes. Que em momento algum, haveriam de unir-se a grupos, fôsse para o que fôsse, se nós defendemos posições, estamos nela, devemos mantê-la e justificá-la.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, após as suas últimas palavras e o aparte esclarecedor do nobre Deputado Armando Queiroz, gostaria de informar à Casa, em primeiro lugar, não pleiteei comandos políticos para mim, neste Governo. Em segundo lugar, a minha posição de independência, se é que V. Exa. se referiu a mim, na minha pregação de campanha política, realmente, foi nestes termos, de que manteria nesta Casa uma posição de independência. Portanto, pretendo estar hoje, sendo coerente com aquilo que ontem eu pregava, com relação à minha posição. De forma como foi distribuído os comandos políticos no atual Governo, prende o primeiro a um lamentável equívoco pessoal que eu fazia do sr. Governador do Estado quando afirmava que não haviam comandos políticos. Em segundo, a forma como o comando político foi distribuído, em um desprestigiamento total à base arevista do Interior. Estou certo que o sr. Governador não confiara a este Deputado que lhes fala ou a outros tantos Deputados, sem entender que eles não mereçam a sua confiança. Concordo com S. Exa., não pretendo comandos políticos no seu Governo, apenas, o que eu peço como homem da ARENA, é que a ARENA, os Diretórios Municipais da ARENA, sejam meus, venham apoiar a minha candidatura ou de outros Deputados, mas que sejam apontados por um Governo da ARENA. Porque nós estamos vendo em alguns Municípios da nossa região, que os homens da ARENA estão sendo desprestigiados em detrimento de elementos de outros Partidos. Cito a V. Exa. o caso de minha cidade, Clevelândia, onde na ARENA não havia uma dissensão, a ARENA toda apoiou a minha candidatura. O Governo, pelo ódio gratuito que devota à minha pessoa, disse que ia me liquidar, politicamente, na minha cidade. Não encontrou, na ARENA, condições de montar um grupo em minha região, foi buscar uma reunião, através de emissários ou elementos do MDB, para corporar a liderança política da cidade.

Nada tenho, contra o fato de S. Exa. ter buscado elementos do MDB, mas desde que estes elementos fossem homens de bem. O Delegado de Po.

lícia de Clevelândia famoso por já ter quase assassinado um cidadão em plena via pública, pertence ao Diretório da Comissão Executiva do MDB e assim tantos outros Municípios Tenho cartas de Prefeitos Presidentes de Diretórios da Arena pedindo a mim interceder por eles para preservação não dos cargos mas para evitar perseguições do Governo da Arena em elementos arenistas. Assim que dissenti do Governador Haroldo Leon Peres quando me foi solicitado assinatura de um manifesto de solidariedade a S. Exa. e de repúdio aos órgãos de imprensa do Estado do Paraná "Tribuna do Paraná", TV Iguaçu e Canal 11, naquela ocasião dissenti de S. Exa. reuni todos os Prefeitos os que apoiaram minha candidatura. Presidentes de Diretórios Municipais expôs a minha situação política, eu e o Deputado federal que disputou a eleição comigo, Arnaldo Busato, e os aconselhamos a procurar, se desejassem o Governador do Estado para com norem em termos administrativos, os Prefeitos e veio ainda hoje nesta Assembleia um Prefeito que apoiou a minha candidatura, que é meu amigo, ao lado de Deputados da Arena. Disse recentemente inclusive ao sr. Deputado Quielso Crisóstomo que aqui está que tive contato com o meu Prefeito de Clevelândia e o aconselhei: Pague o apoio do Prefeito, dialogue com o Prefeito mas defenda o Partido da Arena. Não quero comandos políticos para mim. Recusarei se me forem ofertados, porque o comando político como disse V. Exa., é necessário que haja respeito mútuo, compreensão e entendimento e com este Governo não há, da minha parte mas defendo acho que é a minha obrigação política, defender os Diretórios da Arena ou aconselhá-los, como já fiz e procurei outros Deputados que, por outras razões, tinham uma condição simpática do sr. Governador. Então, minha luta política dentro do Diretório da Arena é neste sentido, para que o Partido valha alguma coisa, porque de nada adiantaria o Partido apoiar este ou aquele candidato, se amanhã o seu candidato entrar o Partido ao seu adversário pertencente a um outro Partido. Não fiz indicação nenhuma de cargos políticos. Todos os Inspectores de Ensino da minha região, de minha cidade foram exonerados alguns com condições de exercer o cargo e preconizados pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das normas e foram nomeadas pessoas que não têm condição de exercer o cargo de acordo com as normas do Conselho Estadual de Educação. Jamais reclamamos isto até agora, nunca fiz indicações apenas reivindicar para meus companheiros do Interior o direito de sobrevivência política, dentro do seu próprio Partido.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem dois minutos para terminar

O SR. IVO TOMAZONI — Peco a compreensão dos Senhores apenas para me situar. Longe de mim pretender afirmar que S. Exa. o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira tenha cometido um erro tático na política. Porque não querendo estabelecer condições de igualdade de conhecimentos políticos com S. Exa. que tem maior vivência do que eu, das jogadas políticas eu me permito afirmar que enquanto ouvia o aparte de S. Exa. eu estava a viver como que num espelho, no início da legislatura passada e eu cometi o mesmo erro de então...

O SR. Cândido Martins de Oliveira — Eu não entendo como erro.

O SR. IVO TOMAZONI — Entre, muitas vezes, tomar uma posição não muito simpática aos olhos do povo. Porque é sempre simpático, defender a imprensa; falar no sentido de combater, do que de elogiar; eu quero crer que se tivesse tido V. Exa. ou tivesse tido os Prefeitos e os leitores, companheiros de V. Exa., um minuto de reflexão; tivessem pensado com vistas ao futuro das comunidades e das lideranças dos Municípios em que V. Exa. foi o mais votado, V. Exa., naquela oportunidade teria decidido pelo voto de confiança ao Governador que estava a merecê-lo, porquanto o instante era de decisão. E veja V. Exa. aquele episódio está hoje sepultado, morto, esquecido na consciência de todo o homem do Interior.

que vive o dia a dia da política; para lembrar-se mais da atualidade local e paranaense. E V. Exa. por certo, haverá de concordar comigo, o Líder do nosso Partido ao solicitar, ou ao pedir as nossas assinaturas, sempre lembrou de que nós, os homens da Arena, deveríamos fortalecer politicamente o Governante, porque ele representava além do Partido do Governo, também a Revolução que tem a responsabilidade da sua indicação. E eu não vejo como se possa pretender fortalecer o Diretório Municipal do Partido ou a maioria dele, se este Diretório faz aqui as críticas violentas e muitas vezes injustas, feitas por determinados Deputados.

Rezmente, eu nunca fiz política em Clevelândia, a não ser para pedir votos a Raulo Pimentel e a Ney Braga; para mim, nunca. Mas, nos Municípios em que tenho a honra de estar por eles, tenho procurado sempre, mesmo quando em minoria, falar pela voz de um arenista e nunca, nunca me furtei...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — É Verdade.

O SR. IVO TOMAZONI — E nunca me furtei a dialogar com Srs. Prefeitos Municipais do MDB ou ligados a outros Srs. Deputados. Sentam diariamente no meu Gabinete; procuram-me; e eu com eles nunca fui à Secretaria nenhuma, mas eles vão e são bem recebidos, atendidos, porque é esta a filosofia deste Governo. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a V. Exa. que está esgotado o prazo.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Lazaro Dumont, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão a Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-70, de autoria do Dep. Armando Queiroz, que autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio através do Departamento de Águas e Energia Elétrica, com o Município de Quinta do Sol, para estender uma linha de alta tensão ao Distrito de Irapuã. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C..

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 225-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial do Distrito de Cafezal, Município de Iporã. Parecer contrário da C.C.J. e favorável da C.I.P. e C.F. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-70, de autoria do Dep. Paulo Poli, que estadualiza para fins de melhoria e conservação a estrada que liga Campo Mourão a Cianorte, passando por Araruna. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — com **SUBSTITUTIVO** da C.O.P.T.C. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 277-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Serra Dourada, Distrito de Umuarama — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com **SUBSTITUTIVO** da C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53-71, de autoria do Dep. Arthur de Souza, que transfere a pensão mensal concedida a Joana Paz de Oliveira,

pela Lei n.º 1897, de 6.5.54, à sua filha solteira Soely Paz de Oliveira. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92.71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Valentim Beck. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado artigo por artigo.**

1.a. — DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68.71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, autoriza o Poder Executivo, conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), ao ancião Sr. Manoel Maurício residente nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com Substitutivo Geral da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No 68-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), ao ancião Senhor Manoel Maurício, residente nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1.971.

a) Dep. Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Manoel Maurício participou da revolução de 1.920, como integrante do Batalhão "Vicente de Castro", defendendo com risco de sua própria vida os magnos princípios democráticos, conforme documento anexo.

Agora, já ancião, sem dispor de qualquer recurso para a própria sobrevivência, justo é, que o Estado o ampare num mínimo para sua manutenção, pois como lavrador que sempre foi, não percebe nenhuma pensão ou auxílio. Espero assim, haja a devida aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 68-71

Autor: Dep. Igo Iwant Losso

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão a Manoel Maurício, na forma que especifica.

P A R E C E R

1) A iniciativa foi regimentalmente apresentada, obedecendo, desta forma, o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Verifica-se ser a Proposição em tela mera autorização legislativa, razão pela qual entendemos não apresentar qualquer óbice, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada a opôr.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação, desde que obedecido o substitutivo anexo, para corrigir omissão de ordem técnico-legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1.971.

aa) Wilson Brandão - Presidente. — Odilon Reinhardt - Relator. — Gilberto Carvalho - Cândido Martins de Oliveira. — Igo Losso. — Muggiati Filho.

SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Lei n. 68-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Manoel Maurício.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta de verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** - Presidente. — **Odilon Reinhardt** - Relator. — **Gilberto Carvalho**. — **Cândido Martins de Oliveira**. — **Igo Losso**.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 68-71

O presente projeto de lei é matéria de caráter autorizatório, não implicando portanto, em dispositivos de ordem financeira. De outro lado, existe no Orçamento Geral do Estado, verba própria para atendimento de casos desta espécie.

Pelo exposto, somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1.971.

aa) **Leopoldo Jacomet** - Presidente. — **Maurício Fruet** - Relator. — **Fuad Nacli**. — **Paulo Poli**. — **Santos Lima**.

1a: DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 81-71, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Casa Maternal Evangélica de Maringá. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 81-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Artigo 1.º — É o Poder Executivo autorizado a declarar de "Utilidade Pública" a Casa Maternal Evangélica de Maringá, com sede na cidade de Maringá.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de junho de 1.971.

a) **Dep. Jorge Sato**

JUSTIFICATIVA:

A Casa Maternal Evangélica de Maringá, já reconhecida de utilidade pública no âmbito municipal, vem funcionando há mais de um ano com a finalidade de atender menores pobres, concedendo-lhes graciosamente refeição, roupa e, ainda, orientando-os quanto à saúde, higiene e educação. Nada mais justo o que pretendemos com o presente Projeto de Lei, pois a finalidade da Casa Maternal Evangélica de Maringá é de auxílio à sociedade, visando única e exclusivamente propiciar assistência a menores pobres, como pode-se constatar em seus Estatutos que anexamos ao presente como JUSTIFICATIVA do Projeto que propomos a esta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 81-71

Autor: Deputado Jorge Sato

Súmula: Autoriza declarar de utilidade pública.

P A R E C E R

1) De autoria do nobre Deputado Jorge Sato, o projeto em exame visa autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Casa Maternal Evangélica, com sede em Maringá.

2) Tratando-se de mera autorização legislativa, nada impede o acolhimento do mesmo, sob o aspecto legal.

Pela aprovação, é o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão - Presidente. — Sebastião Rodrigues Júnior - Relator. — Igo Lesso. — Muggiati Filho. — Arthur de Souza. — Cândido Martins de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de apêlo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido da regulamentação do abatimento correspondente às "despesas de representação", para efeito de Imposto de Renda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacii, constante do Expediente, solicitando um voto de congratulações pela inauguração e bênção de edifícios da Universidade Católica do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando informações ao Sr. Governador do Estado, referentes ao Convênio de Financiamento para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. — Em discussão.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Para discutir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando o adiamento da discussão de requerimento de sua autoria, propondo uma Comissão de Inquérito no DETRAN, para a sessão de amanhã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo a organização de homenagens a serem prestadas ao Maestro Paranaense Bento Mussorunga. — **Encerrada a discussão.** Em votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei breve. O nosso objetivo é prestar uma homenagem a um paranaense que muito engrandeceu nosso Estado, a um compositor que muito honrou a música nacional. E que além de inúmeras composições, compôs, ainda o Hino do Paraná, o Hino do Cinquentenário e do Centenário do Paraná, em suas datas respectivas.

Ocorre que dia 23 de outubro é a data do primeiro aniversário de sua morte. E seria uma magnífica oportunidade para se prestar uma homenagem a Bento Mussorunga. A nossa sugestão é composta de três itens. No primeiro deles, sugerimos ao Sr. Secretário de Educação e Cultura no sentido

de que se organize uma exposição, na Biblioteca Pública, sobre a vida e a obra de Bento Mussorunga. Inclusive, em contato com a família, ela se dispõe a emprestar todo o trabalho que possui de Bento Mussorunga para a referida exposição.

Em um segundo item, sugerimos, também ao Sr. Secretário de Educação e Cultura que, do dia 18 a 23 de outubro, sejam proferidas palestras nos Grupos Escolares a respeito de nosso grande compositor Bento Mussorunga.

E, finalmente, como terceiro item, pedimos que dia 22 de outubro, sexta-feira, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná preste uma homenagem a esse grande vulto de nossa música, dedicando sua sessão em homenagem à memória de Bento Mussorunga.

Era só e muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, para falar em explicação pessoal.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas e simplesmente para trazer ao conhecimento da Casa que hoje, dia 22 de setembro, é um dia da mais alta importância para a economia paranaense. Neste preciso instante, está reunido, no Rio de Janeiro, sob a presidência do Sr. Ernesto Geisler, Presidente da PETROBRAS, todo o Conselho daquela empresa estatal, para deliberar, em termos definitivos, aquilo que reivindicamos para nosso Estado e os catarinenses para o deles, e que é a implantação da Refinaria de Petróleo no Paraná ou em Santa Catarina.

E, nesta oportunidade, neste dia que simboliza a entrada da Primavera, gostaria que se fizesse justiça ao Estado do Paraná. Não concebo, e não me conformaria de forma alguma, se essa Refinaria fosse implantada em outro Estado que não o nosso.

Já dissemos, já discutimos, já dialogamos, o porquê de nossa intransigência. Que Deus ilumine, neste momento, aqueles que estão reunidos no Rio de Janeiro e que eles deliberem com justiça e que a referida Refinaria seja implantada em nosso Estado, porque se isso não acontecer, será a mais clamorosa injustiça que se faz ao Estado do Paraná.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, para explicação pessoal.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em rápidas palavras, pretendo traduzir alguns fatos políticos que envolveram os Deputados da ARENA e que causou a tese primordial nesta tarde. Em dado momento, o meu nome foi envolvido pelo nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira. Não pretendia eu encampar uma polêmica que não me dizia respeito. Contudo, disse S. Exa. que teria aconselhado seus liderados, seus Prefeitos, seus Vereadores, a que procurassem outros Deputados que tivessem maior ascendência sobre o Governador Haroldo Leon Peres.

Quero discordar do nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira.

Que ele me procurou é bem verdade, não foi só o Prefeito de Clevândia, como também o de Almirante Tamandaré, mas a mim não disseram que foram encaminhados pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira. Muito pelo contrário. Disseram a mim os srs. Prefeitos que procuravam Deputados da ARENA que com o seu procedimento nesta Casa de Leis não trouxessem problemas administrativos para seus Municípios.

E um deles, pelo menos, ao procurar este Deputado, trouxe, — e eu tenho em mãos esse manifesto, — um manifesto contra a atitude, segundo ele, incoerente de seu ex-líder em Almirante Tamandaré, Deputado Cândido Martins de Oliveira. Dizia ele neste manifesto, que procurava este Deputado porque sentia, na atuação do Deputado Cândido Martins de Oliveira, um pro-

blema a mais na administração já cheia deles, no pequeno município de Almirante Tamandaré.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ao citar o nome de V. Exa. como um dos aconselhados a Prefeitos ou Vereadores, ou Presidentes de Diretório, para que fosse procurado para lhes dar o respaldo político necessário perante o sr. Governador do Estado, ao citar o nome de V. Exa. eu não fiz com intenção, nem de longe, de pretender magoar ou colocá-lo em situação difícil. Absolutamente, esta era a primeira informação. A segundo, é que V. Exa. não pode dizer que não seja verdade que eu não tenha aconselhado isso, porque V. Exa. não convive comigo, não sabe de minha maneira de proceder.

Foi muito bom que V. Exa. citasse o caso do Prefeito de Almirante Tamandaré. Realmente S. S. apoiou minha candidatura a Deputado Estadual. Com a minha atitude de independência neste Poder, as portas do Governo lhe foram fechadas. Este Prefeito procurou-me e eu o aconselhei a procurar o sr. Governador e, segundo o depoimento desse Prefeito, esteve, se não me engano, com V. Exa. na presença do sr. Governador, pedindo que S. Exa. lhe desse um crédito de confiança, em termos administrativos, porque ele se desvincularia de minha pessoa politicamente. S. Exa. o sr. Governador, segundo o Prefeito relatou, exigiu dele que fizesse um manifesto de solidariedade política e administrativa ao seu Governo. Este Prefeito saiu do Palácio e redigiu o manifesto e voltou para entregar o manifesto ao sr. Governador Haroldo Leon Peres e S. Exa. lendo o Manifesto, não se satisfiz com os termos e pediu que se lhe acrescentasse um voto de repúdio e de repulsa à nossa atuação como Deputado Estadual a fim de que o Sr. Governador lhe possibilitasse condições administrativas na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré. Isto me foi relatado pelo próprio Prefeito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pediria que V. Exa. fosse mais breve.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — Mas, o fato é grave e é preciso que V. Exa. tenha concordância para que possa expor a minha posição à Casa. Subseqüentemente, usarei da palavra e V. Exa. poderá pedir tantos apartes quantos quiser.

Disse, então, ao Prefeito que ficava a critério dele o voto de repúdio pela minha atuação como Deputado, que estava na consciência dele. Não sei se fez o voto de repúdio. V. Exa. vem afirmar que fez. Se fez, esse voto de repúdio "caiu do cavalo uma vez mais". O voto de repúdio à minha atuação como Deputado e o apoio incondicional ao Governo não impediu que sua esposa fosse tirada da Direção que ocupava e um Delegado de Polícia, contra ele, foi nomeado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — O nobre Deputado envolveu meu nome nas suas polêmicas e apenas a mim cabe declarar que o Prefeito me procurou para dizer que o procedimento de V. Exa. poderia estar causando problemas administrativos.

Mais um tópico V. Exa. abordou com rara infelicidade. No diálogo que manteve com o Deputado Ivo Tomazoni, teria dito que todos os Deputados da ARENA, em todos os Municípios, as suas lideranças teriam tomado os cargos. Inclusive citou o caso das Inspetoras Regionais de Ensino. Quero dizer que V. Exa. faltou com a verdade.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. está confundindo. Citei que na minha região as Inspetoras foram substituídas. Isto na minha "região", no Sudoeste do Paraná.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — É Sudoeste, e a Inspetora Regional do Município de Palmas?...

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Este é outro capítulo, é um capítulo a parte.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Vim a esta Tribuna para dizer que V. Exa. faltou com a verdade. O que é de admirar é que um Deputado,

ex-Secretário de Estado, como Cândido Martins de Oliveira, que teve seu cunhado Secretário da Saúde Pública, venha desta Tribuna, ou nesta Assembléia, demonstrar estranheza pela atitude do sr. Governador Haroldo Leon Peres, venha a ficar estarelecido.

Agora, não vou citar testemunhas, vou citar o meu testemunho. Eu, Cândido Martins de Oliveira, é que fui tirado do meu cargo, fui eu e não outro, por seu cunhado que era Secretário da Saúde Pública, com as seguintes palavras:

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Já darei o aparte. "Meu caro engenheiro Dr. Quieise, o senhor talvez tenha condições técnicas, morais e administrativas, mas não ficará mais neste cargo por um motivo muito simples — você não pertence à minha equipe política".

Teria condições de citar, dentro desta Casa, a testemunha que foi ocular desse fato. Fui eu e não outro que perdeu o cargo. E, agora, vem V. Exa. demonstrar estranheza, ficar pasmado com a atitude do sr. Haroldo Leon Peres ao prestigiar um seu companheiro.

Nunca fui, não sou e nunca serei companheiro político de Arnaldo Busato, que me forçou, por ordem administrativa, a impingir esquemas políticos no meu serviço, e eu discordei dele, e discordarei, como quando entreguei o meu cargo, naquela ocasião.

Foi somente por isto que ocupei a Tribuna nesta tarde, para demonstrar a minha estranheza quando V. Exa., com a eloquência que lhe é peculiar, vem dissertar sobre o assunto, acusando erros deste Governo, erros que já foram praticados por diversas vezes por V. Exa. e pelo seu cunhado.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Em primeiro lugar, a sua situação funcional eu desconheço.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — V. Exa. desconhece muita coisa, pelo jeito!

Este é um fato que estou citando, porque fui testemunha. Estou citando exemplos vividos na política, sob a orientação de V. Exa. e de parentes seus. Venho traduzir hoje a minha estranheza, quando V. Exa. vê os mesmos erros, segundo a versão de V. Exa.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Retornando ao raciocínio anterior:

O seu problema administrativo com relação à Secretaria da Saúde Pública, eu desconheço. Pode ser que V. Exa. entenda que eu não desconheça, mas na verdade eu não sei quais foram as razões que levaram o então Secretário da Saúde a solicitar que V. Exa. deixasse a função que ocupava.

O fato, Sr. Deputado, é que se V. Exa. critica o ex-Secretário Arnaldo Busato por esta atitude, V. Exa. não pode defender atitudes idênticas hoje, do atual Governo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Eu não me lembro de haver criticado. Acho natural, como acho hoje, prestigiar os seus companheiros.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Em segundo lugar, não me responsabilizo em nada, pelos atos que o deputado Arnaldo Busato, meu companheiro político, meu correligionário e meu cunhado, tenha exercido na Pasta da Saúde. Além disso, Sr. Deputado, para esclarecer: — quando eu disse que os Inspectores Regionais da minha região foram exonerados, eu falei com conhecimento de causa. V. Exa. citou o caso do Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado de Paula. V. Exa., como Deputado do Governo, sabe melhor do que eu, que o decreto de exoneração desse Monsenhor já estava na Imprensa Oficial, a pedido do seu grupo político de Palmas, e, só não foi exonerado, porque o Bispo de Palmas esteve em audiência com o Governador Haroldo Leon Peres e pessoalmente solicitou à Sua Excelência que não o exonerasse.

Em segundo lugar, a minha rebeldia quanto a comandos políticos cabe muito bem no que tange à atuação de V. Exa., porque V. Exa. hoje é detentor do comando político do Município de Palmas, sem ter jamais feito

política no Município de Palmas, sem ter jamais atuado politicamente no Município de Palmas. Não estou acusando V. Exa.. O comando lhe foi entregue e V. Exa. vai, eu penso, ajudar a comunidade, vai ajudar a desenvolver o progresso da região, com o seu trabalho e o seu esforço.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado!

O Sr. Candido Martins de Oliveira — Mas o critério de distribuição é que está errado, este critério tão condenado no Governo passado, de se dar liderança política a elementos que não têm ligação com a comunidade, este critério, segundo estamos vendo no seu próprio caso, está sendo exercitado no atual Governo. O Município de Almirante Tamandaré, onde o Deputado mais votado foi o Deputado Acyr José, que aqui está, e o segundo colocado na votação foi este Deputado que vos fala, contando com o apoio do Prefeito Municipal, o apoio de Vereadores e do Diretório daquela região, por que não ser dado definitivamente, o comando político desse Município ao Deputado que foi mais votado, representando a comunidade e organizando a ARENA como Partido?

Esta é a minha tese. Não quero comando político para mim, neste Governo.

Quero, isto sim, que se estruture o Partido político neste Estado e neste País, para que possamos marchar seriamente, para uma organização democrática vital, para a sobrevivência do regime dentro do País. Era o parte.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Nota-se, nobre Deputado, que V. Exa. está dentro da Apollo 11, no que tange aos problemas políticos de Palmas e Almirante Tamandaré.

Porque disse V. Exa. que estranhava a posição deste Deputado, que representa a liderança política dos Municípios. Ora, meu caro Deputado, se o Prefeito Municipal, se os Vereadores na sua maioria, se todos os Diretórios Municipais de um Partido, não representem a liderança de um Município, então quem representa?

Estou representando, nesta Casa, o Prefeito Municipal de Palmas, a maioria dos srs. Vereadores daquele Município, o Diretório daquele Município, e é por isso que noto, que V. Exa. não está bem próximo da verdade, com relação a isto que V. Exa. batiza de comandos políticos e sim, da audiência do Governador, através dos seus elementos de confiança, através das solicitações dos seus Municípios...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre orador que falta um minuto para o término da sua oração.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Se V. Exa. me permite, sr. Presidente, requeiro mais 15 minutos, a fim de concluir a minha oração.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

...vindo através da liderança. O que foi dito para Palmas, também foi dito para Almirante Tamandaré, a diferença, nobre Deputado, é que em Almirante Tamandaré, S. Exa. tem, na pessoa do Deputado Acyr José, um elemento de confiança, nesta Casa, e tem por isso, mantido as audiências, as solicitações daquele Município, através do Deputado Acyr José e não por meu intermédio, embora eu represente também aquele Município. E V. Exa. bem sabe, o Prefeito Municipal, a maioria da Câmara e a maioria dos Diretórios, e nem por isso, reivindiquei comandos políticos.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento)

Muito obrigado a V. Exa. pela oportunidade deste aparte. Fui procurado por alguns homens que têm vivência política em Palmas, quando me foi oferecida a oportunidade de falar em nome deles. E a primeira pergunta foi: "qual a posição do Prefeito Municipal e dos Diretórios da Arena?" Eles afirmaram que o Diretório Municipal da Arena, reunido com o Prefeito Municipal, deferiram a liderança para o sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

Veja V. Exa., que estão cometendo com V. Exa. uma injustiça, V. Exa., ao aceitar ou falar por Palmas, no encontro das autoridades ali constituídas,

V. Exa. se atribuiu uma grande responsabilidade. Segundo as palavras do sr. próprio Prefeito Municipal no meu Gabinete, V. Exa. devia de defender o Município para o qual as lideranças anteriores não souberam dar-lhe sequer o mínimo indispensável para que o mais antigo Município da região, tivesse as mínimas condições de desenvolvimento.

Uma cidade sem luz, sem abastecimento de água, sem estradas, um Município praticamente com deficiência de 50% de escolas, descapitalizado. V. Exa. se atribuiu, nobre Deputado, o sacrifício de representar o Diretório, o Prefeito e grande parte dos Vereadores, ao aceitar a responsabilidade que lhe foi oferecida. Daí, a coragem até cívica de V. Exa., para ajudar um Município que não tem nada.

Conheço a luta de V. Exa. na COPEL, lutando para que a COPET, chegue em Palmas e não chegou, para que o D.E.R. atenda os anêis de V. Exa. na ligação com União da Vitória, Pato Branco, passando por Palmas, e conheço o episódio da solicitação de alguns líderes na substituição de Inspetor Regional de Ensino. Nem sequer, nobre Deputado, foi pelo Secretário de Educação e Cultura, qualquer expediente em forma de consulta ao Departamento responsável — e eu vou chegar lá —, porque o sr. Secretário de Educação, conversando comigo, perguntou se conhecia a posição de V. Exa. neste episódio. V. Exa. havia conversado comigo que antes de atender qualquer das reivindicações havia de conversar com o sr. Secretário, com o sr. Eduardo Machado, ninguém mexeu embora se saiba dos laços de amizade e também políticos com o sr. Cândido Martins de Oliveira. O que houve, isto sim, e não foi V. Exa. Deputado, houve a substituição de um Inspetor de Ensino de Chopinzinho, que é muito diferente. Absolutamente, não houve sequer uma consulta do Secretário de Educação para qualquer órgão da Secretaria que visasse, de leve, a intenção da substituição do sr. Eduardo. Louvo V. Exa. sr. Deputado, porque precisa ter coragem para enfrentar problemas de Palmas, porque são problemas seculares. Municípios com oito anos de existência, daquela região têm desenvolvimento que Palmas centenária não tem. V. Exa. tem capacidade e sei que haverá de, dentro do seu trabalho, haverá de conquistar a liderança política que já tem, mas a liderança pessoal e esta V. Exa. está conquistando. Estarei lá com V. Exa. O sr. Arizone Araújo estará lá com V. Exa., a equipe do Governo haverá de estar, para que Palmas continue a ter sob sua liderança, o desenvolvimento que não teve. Meus cumprimentos, e agradeço o aparte que me concedeu.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para finalizar, sr. Presidente, direi não somente que, conhecedor dos problemas políticos destes dois Municípios, entendo que deve ser esta para mim a melhor fórmula de penetrar na liderança e na identificação política do Município, sem usar e abusar dos recursos em minhas mãos contidos, por isso eu irei à frente deputado Ivo Tomazoni, agradecendo a sua colaboração, é bem verdade, e precisando dela para que amanhã este povo que tanto necessitou de lideranças autênticas, encontre no atual Governador a solução destes problemas por V. Exa. e por aquele povo batizado de problemas seculares.

O sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Acredito que em tantos apartes que V. Exa. concedeu ao nobre Deputado Ivo Tomazoni, para nós, que conhecemos bem o problema de Palmas, é satisfação ver a coragem de V. Exa. em resolver os problemas de Palmas. O sr. Prefeito de Palmas, conforme palavras do sr. Deputado Ivo Tomazoni, foi eleito pelo meu Partido e não teve a coragem de permanecer e resolvê-los, porque foi eleito pelo povo de Palmas. Após assumirmos a Assembléia, enviamos um requerimento à Copel. V. Exa. tem conhecimento, com referência a problemas de estradas. Congratulo-me com o Deputado Ivo Tomazoni, quando se refere que União da Vitória e Palmas, e faço um apêlo ao Deputado Ivo Tomazoni e ao deputado Quielse Crisóstomo, para

que seja dado apoio necessário ao Distrito Rodoviário de União da Vitória, e se possível, a substituição de elementos, para que Palmas não continue abandonada. Quero felicitar V. Exa. e o sr. Deputado Ivo Tomazoni quando se lembra o problema de Palmas, mas não obteve expressiva votação. Estarei ao lado de V. Exa., não porque pertença ao mesmo Partido, mas é um direito que tenho de lutar junto com V. Exa., estaremos aqui para lembrar às autoridades com referência à energia, com referência a estradas, não com referência à política, porque não nos compete.

Era este o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Quero, antes de dar o aparte ao nobre Deputado, agradecer e parabenizar-me, até mesmo, com o comportamento do nobre Deputado do MDB, representante de Palmas, que dá um exemplo nesta Casa, de que existem várias maneiras de divergir politicamente; mas somar em benefício do Município.

Quero acusar de público que, por várias vezes, o deputado Domicio Scaramella procurou-me e me deu sugestões para, até mesmo, solução dos problemas de Palmas. E pedia a mim que usasse, se por ventura pudesse, de influência junto a S. Exa., para que levasse a solução do problema; o que infelizmente nós não encontramos dentro da própria Arena, junto aos Deputados que representam Palmas, dentro da Arena, na nossa oposição.

Era esse o agradecimento que eu deveria fazer, nesta oportunidade, ao nobre Deputado Domicio Scaramella, do MDB.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) — Deputado Quielse, venho acompanhando com o mais vivo interesse, desde o início, de uma indagação por nós dirigida ao nobre Deputado Ivo Tomazoni; e as coisas evoluíram até aqui e é um prazer muito grande para nós podermos dialogar nestes termos, aqui na Assembléia do Paraná, em termos políticos, pela primeira vez. Agora, quero dizer a V. Exa. e a esta Casa que, do que eu discordo, não aceito e não concordo, é que nós estejamos no Paraná, e nisto eu concordo com o pronunciamento inicial do sr. Governador, muito bem citado pelo Deputado Cândido Martins de Oliveira, para justificar a sua adesão também ao Governador, daquela época.

Pronunciamento que conquistou as simpatias nossas, dos homens da oposição, por termos sofrido e sentido a desgraça; a terrível desgraça dos comandos políticos, às vezes mal orientados, porque aquilo que dizia o Deputado Ivo Tomazoni, há pouco, estava ele muito triste e dizia ele, rezando, Deputado Cândido Martins de Oliveira, contra isto que nós lutamos na sua posição do passado, é contra isto que nós lutamos no MDB, para se extinguir, no Paraná, este processo que, no nosso entender, é um processo superado, é um processo ultrapassado.

Tenho certeza que a maioria dos Senhores também entende desta maneira. Entretanto, as circunstâncias são tais que os Senhores terão que fazer o jogo, tal qual o jogo é pôsto; compreendo isto também.

Agora, em termos políticos, de Partido, quero deixar registrado que o MDB lutará até quando lhe for possível implantar um sistema de Governo, e nós acreditamos que assumiremos o Governo do Paraná um dia sem que seja preciso subordinarmos o Ensino, Inspetoria de Ensino, Delegados de Polícia, Prefeito, como ainda hoje assisti, no Tribunal de Contas, um Prefeito sendo conduzido por um Deputado ou pela sua assessoria. Creio que nós haveremos de conquistar este grau de evolução para o Paraná.

Neste ponto, o partido de V. Exa. e a crítica não é a V. Exa. com quem eu simpatizo muito; é a agremiação que está perpetuando um sistema ultrapassado há muito tempo.

O Estado de São Paulo já não tem mais isto. O Estado do Rio Grande do Sul, já não tem mais isto. Quem assiste um diálogo — “o Deputado tirou o Inspetor; o Deputado colocou o Inspetor”, vê que nós estamos ainda num primarismo político rejeitado, abominável, no Estado do Paraná.

É um ponto de vista que não tem nada a ver com a posição pessoal de quem quer que seja. Aplaudi o sr. Governador quando anunciava à Nação — e isto era propalado através da imprensa — que acabaria com os comandos políticos, enumerando os pontos negativos. De forma que agradeço ter me concedido o aparte e a posição de meu Partido é de repulsa ao processo que é ultrapassado e que leva ao ódio, às dissensões e brigas como estamos assistindo neste momento.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agradeço muito particularmente ao líder do MDB, que participa daquele grupo de liderança de renovação política do Paraná e do Brasil. E tanto o líder do MDB nesta Casa como alguns Deputados que militam na área oposicionista a que representamos, poderiam também servir de testemunhas de nosso comportamento, e nós também do comportamento deles, como no caso do Município de Sabaudia, pois embora estejamos em Partidos opostos, comungamos no mesmo ponto, que é o bem estar da comunidade.

E quero que Deus me ajude que jamais o diálogo pôsto por mim nesta Casa seja em termos de imposição.

Quero ainda me reportar ao caso do Inspetor de Palmas a que o Deputado Cândido Martins de Oliveira aludiu, não por maldade, mas por falta de informação. O Inspetor de Palmas não saiu, porque é pessoa digna, é pessoa honrada e me foi dito isto pela maioria daqueles que representam Palmas embora de áreas políticas divergentes. Posso dizer a V. Exa. que o mantive no cargo somente por isto e estes argumentos foram válidos a S. Exa. o Governador do Estado.

Agora, prezado deputado Nivaldo Krüger, é possível que Vs. Exas. representantes do MDB nesta Casa, assistam em algumas áreas políticas do Estado substituições. E porque nem todas as áreas poderão ser interpretadas como o caso de Palmas. Muita coisa está velada neste Paraná muita coisa deve ser mudada motivo por que, se não o fiz na Inspetoria de Palmas, é provável que tenha feito em outras áreas onde era necessário. E se alguém argumentar, se fizer referências desta Tribuna...

O sr. Wilson Brandão — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento) — Estávamos ouvindo o discurso de V. Exa. e queria apenas dizer que em Mandaguai, vizinha cidade de Maringá, o comando político do Governo passado estava com um Deputado do MDB. De forma alguma quero fazer uma crítica ao Governo anterior que, como todos os Governos, contribuiu para o progresso do Estado onde nascemos e que tanto queremos bem. Mas eu poderia dizer a V. Exa. o que acho do mando político. Em Marialva, onde tive 70% de minha votação, recebi com bom grado a indicação da irmã do deputado Antônio Belinatti, para ser a Diretora do Instituto de Educação. Não conheço a professora, mas digo que recebi de bom grado essa indicação naquele Município onde tenho apoio do Prefeito, da Câmara e do Diretório.

Recebi, de bom grado, essa indicação, como disse, e não a trouxe a esta Casa, não comentei o caso a não ser com o Deputado Belinatti. Apenas tomei conhecimento pelo Diretor da Faculdade de Filosofia de Mandaguai, que me procurou em Maringá, e que também leciona em Marialva e que me disse: "Deputado, tenho ouvido e visto o Deputado Belinatti criticar o Governador e não vejo porque sua irmã fôsse indicada para lecionar em Marialva." Mas, a verdade é que ela tinha condições e em conversa com o sr. Governador, S. Exa. me disse que assim é o seu Governo, essa moça está integrada naquele Município e S. Exa. recebeu apelo do Prefeito Municipal para que ela fôsse para a Direção daquele Educandário.

Fico satisfeito, nobre Deputado, quando presencio fatos como este. Esta é uma política saudável. E devo ainda dizer que em contato com o sr. Secretário de Educação e Cultura, disse a ele que procurasse indicar como Inspetoras, pessoas, elementos, formados em Filosofia e disse-lhe também que deixava a responsabilidade para ele, porque acredito que o Ensino é uma

coisa tão importante e que eu respeito tanto que não queria indicar, de forma alguma, pessoas de minha confiança, para que fôsses Inspetoras do Ensino Médio ou Superior.

Não quero me delongar mais sobre esse problema de comandos políticos, porque as conversações diversificaram e eu fui informado pelo Sr. Governador e porque eu havia sido o mais votado naquele Município. Mas não partiu de mim, de minha pessoa, do Deputado, essa aprovação, e segundo o Sr. Governador foi a própria Bancada da ARENA que assim decidiu.

Não quero entrar no mérito sobre o que verificamos, mas, quero dizer e não sei se está aqui o Deputado Jorge Sato, mas queria reviver um episódio que ocorreu. Eu tinha o apoio do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Diretor Municipal de Horizonte, mas em respeito ao Deputado Jorge Sato, que militava naquele Município, eu lá não fiz minha campanha ali e tive apenas quatro votos e o nobre Deputado teve 400. Em Marialva, onde tinha vínculo de comando o Deputado Jorge Sato, também respeitei aquele Município. Com isso quero deixar bem claro o que entendo por comando político.

Na minha região, não tenho feito questão de indicar os Delegados. O Delegado de Maringá nem conheço. Em Marialva, também não conheço.

Assim entendo que o problema do comando político é muito sério e temos muita responsabilidade quando fazemos uma indicação.

Quero fazer um apelo ao Deputado Cândido Martins de Oliveira acho que é hora de esquecermos do passado. V. Exa., nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, prestou um relevante serviço ao Estado como Secretário. Acredito que o Paraná todo sabe. Nós queremos um pouco de paz e tranquilidade nesta Casa, para que haja progresso. Estimo que o nobre Deputado, que ora assume o comando político do Município, seja feliz, e que aquele povo que está sob sua responsabilidade, amanhã venha agradecer o seu comando político. Queria deixar bem claro essa concepção que tenho do que seja comando político. Jamais usufruí do poder em qualquer Município, como exemplo Marialva, para colocar ou tirar aquele cidadão ou massacrar aquele outro.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Apenas para finalizar, queria dizer-lhe que batizaram de comando político. Não foi S. Exa. o sr. Governador do Estado que chamou de comando político, apenas teriam de encontrar uma forma para que houvesse um elo de ligação entre o eleitor, o Prefeito, os Municípios e S. Exa. o sr. Governador. E entendeu S. Exa. que devesse ser feito através de homens de sua confiança e dentro de um critério que foi, a bem da verdade, escolhido por nós mesmos, os líderes da região, num critério que pudesse valer para todos. As lideranças são demonstradas nas urnas, aqueles que têm mais votos são os líderes maiores. Esse foi o critério estabelecido não por S. Exa. o sr. Governador. S. Exa. apenas disse que atenderia as regiões através dos líderes autênticos e os líderes autênticos são representados pela maioria nas urnas, naturalmente através de seus homens de confiança.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotado o tempo para explicação pessoal.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Agradeço a V. Exa. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra a orador inscrito para explicação pessoal, sr. Deputado Acyr José.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não seria o nosso intuito e a nossa intenção, usar desta Tribuna hoje, porque nos encontramos possuídos de uma grande afonia. Temos procurado, nos diversos mandatos que nos foram outorgados pelo povo, esquecer as calú-

nias, não responder os aleives e procurar desconhecer as torpezas que a nós tem sido dirigidas.

Tenho obedecido êsse princípio na minha vida pública, portanto, julguei que não devesse estar aqui na Tribuna. Mas, em respeito à minha Capital do Estado, a minha Curitiba, ao meu torrão natal e em respeito particularmente, aos moradores do progressista município de Almirante Tamandaré, é que venho à Tribuna.

Curitiba, que eu procuro conhecer, Curitiba que ainda na minha infância, a vacilar, com andar trôpego de criança, mais tarde ao entrar numa Escola Correccional como seu funcionário desconhecia na imagem primeira, que aquelas grades do Estabelecimento Correccional guardavam, nuances de miséria as mais diversas possíveis.

No verdor da minha mocidade aprendi a conhecer a dureza da vida entre os estudos e o trabalho. Foi na dureza dessa vida aprendendo, entre espinhos e rosas, o que seria o meu futuro, futuro que entendo e reafirmo só a Deus pertence.

Depois de percorrer todos os cargos administrativos da Prisão Provisória, hoje do Ahú, na vida política incentivado e estimulado por amigos de ontem, que são os amigos de hoje e que procurarei preservar para o amanhã. Eles quero confessar, são a maior riqueza que tenho em minha vida.

Como ia dizendo, a minha vida pública não é muito longa, nela estou somente há sete anos. Em novembro passado feriu-se eleições às Assembleias e ao Senado. Concorri através da legenda da ARENA ao cargo de Deputado Estadual, e obtive votação suficiente para ser diplomado e representar, aqui nesta Assembléia, o povo do meu Estado.

Nesta tarde, num debate que houve, meu nome foi citado através os deputados Cândido Martins de Oliveira e Quielso Crisóstomo.

Achei de bom alvitre que aqui viesse dizer qual a minha participação. O município de Almirante Tamandaré foi o que me deu maior votação, numa demonstração bondosa e carinhosa daquele povo. Tenho procurado, junto às autoridades da minha terra, servir aquela região, mantendo-me no mesmo nível de respeito e concórdia, de amor e do trabalho que sempre adotei.

Sr. Presidente, srs. Deputados, a política...

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminente Deputado já dissemos, nesta Casa, que nossa amizade é muito grande e que há muito tempo conheço sua atividade na vida pública. Na primeira vez que me referi sobre isto, disse que o conheci na Penitenciária quando exercia as funções de Diretor daquele estabelecimento que, com muito trabalho e esforço, realizou uma série de atividades naquele presidio grangeando, em razão disso, a simpatia e a admiração de todos aqueles que conviveram com V. Exa. naquela ocasião.

Posteriormente, foi eleito à Câmara Municipal de Curitiba, e, mais tarde, reeleito com uma votação expressiva o que, mais uma vez, comprovou a amizade de seus amigos. Agora, pelos mesmos motivos V. Exa. ocupa uma cadeira nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Convivendo com V. Exa. há muitos anos, a sua inteligência e o seu trabalho e o seu discernimento, tenho certeza absoluta que não seria outra a interpretação dos eminentes Deputados, à conduta que V. Exa. neste momento expressa, dessa Tribuna. Tenho certeza de que toda a Casa já aprendeu a admirar a forma cordial com que V. Exa. está se conduzindo nestas elevadas funções.

Era êste o aparte que eu queria dar a V. Exa.

C. SR. ACYR JOSÉ — Agradeço o aparte de V. Exa.

Sei da nobreza dos seus sentimentos, e quero traduzir que as referências elogiosas e imerecidas à minha pessoa são a forma coracional de V. Exa., e que também V. Exa. nesta Casa é estimado e apreciado.

Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, ainda há pouco o eminente líder do MDE dizia que estava satisfeito em sentir que na tarde de hoje, as dis-

cuções giraram em torno de aspectos do Partido tanto da ARENA, como do seu Partido, e senti, no brilhante aparte, inquestionavelmente, a validade do nosso regime, que através do diálogo sadio a Democracia se fortifica e dá exemplos tão bons. Também eu, quero confessar que a demonstração do povo do Município de Almirante Tamandaré que norteia o meu espírito, a vindita gratuita e barata não norteia o meu princípio às perseguições. Norteia, isto sim, o interesse de servir aquêle Município, e o mantive. Aqui é o testemunho mais idôneo, o Deputado Cândido de Oliveira, que desde o início desta Assembléia mostrou-se cordial e de elevados propósitos de que nós, juntos, tanto faria, a apresentação de obras de Projetos de Deputados da própria oposição, mas que trouxessem benefícios a Município de Almirante Tamandaré, não queria eu, aquinhoado com a maior votação, ser o dono exclusivo do Município de Almirante Tamandaré. Eu vejo aqui pulsar antes e acima de tudo, o próprio Paraná.

Ainda há poucos dias do nobre Deputado Sebastião Rodrigues teve prova da nossa conduta, que vamos pedir a Deus, que assim nos conserve.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? **(Assentimento).** Nobre Deputado, não é este um aparte de contestação ao discurso político-partidário de V. Exa., nem aos de outros oradores que antecederam V. Exas. Apenas um esclarecimento para quem está acompanhando o assunto sobre o aspecto da vida política brasileira.

Gostaria, porque ouvi duas afirmações ou mais, contraditórias:

O nobre Deputado Ivo Tomazoni, se não ouvi mal, mas confirmei isso com diversos colegas de minha Bancada, deixou dito na Tribuna que não há comando político; o nobre Deputado Quielso Crisóstomo disse que há liderança política, mas, ouvi, dentro dos apertes, afirmações da existência de comando político. Quero confessar a V. Exa. que tinha, até o presente, ciência da existência de comando político, inclusive com listas distribuídas aos Srs. Secretários de Estado a fim de atenderem aos pedidos dos srs. Deputados, atribuídos a determinadas regiões.

Então, em me permito respeitosamente, a fim de ficar esclarecido sobre este aspecto, se existe realmente comandos políticos atualmente, no Estado do Paraná, como atribuição quase que precípua dos Srs. Deputados.

O SR. ACYR JOSÉ — Poderia responder diante da elevação do aparte que honrosamente me confere o nobre Deputado Muggiati Filho, mas devo em respeito aos meus companheiros não querer, nesta oportunidade, transmitir aquilo que penso, aquilo que eu faço, aquilo que nestes sete anos eu tenho procurado.

É o trabalho, é a reivindicação do povo que nos procura, e eu procuro Srs. Deputados, toda vez que solicito a levar o benefício, a trazer a qual, quer Município que eu tenha lá a minha participação, a minha presença.

Não posso, eminente Deputado responder por uma questão de ética e de princípios o que procurei manter nesta Casa. Posso entretanto, anuir toda vez que este Deputado que ocupa esta Tribuna, o que puder traduzir em benefício do seu povo isto nós o faremos.

O sr. Quielso Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? **(Assentimento).** Nobre Deputado, como fora matéria da qual nós também argumentamos da Tribuna, gostaria de usando do seu horário, completar os esclarecimentos que eu teria começado na minha oração ao nobre Deputado Muggiati Filho.

Comandos políticos ou lideranças política, nobre Deputado, V. Exa. como jurista emérito que é, dos que merecem o maior respeito, a maior confiança desta Casa, poderia exigir o termo, qualquer um dos dois, ou outro que V. Exa. possa batizar.

O que existe e que deverá ficar em definitivo em nossa parte, e que foi a última oração, o nosso pronunciamento, o elo de ligação entre o Governo do Estado e o Governo municipal e os próprios Municípios, a liderança política ou comando político, é um conjunto de representantes do Governo junto ao

povo, é Inspetor, é Delegado, são todos cargos de confiança do sr. Governador do Estado. E destes cargos, srs. Deputados, são escolhidos alguns deles com necessária mudança, outros com permanência dos mesmos elementos. São escolhidos através dos representantes também das Secretarias.

Acredito, eu pelo menos, assim respondido, na minha área, que nem um cargo público fôra trocado, nenhuma posição fôra mudada, sem o consentimento, sem a aquiescência, e análise dos Secretários de Estado, com jurisdição sobre aquele funcionário. Nenhum deles que não fôsse com a aquiescência do Sr. Governador do Estado; nenhum deles que eu me lembro muito bem, o Sr. Deputado Muggiati Filho, que naquele tipo de comandos de outrora, de governos idos que pela imposição da posição do Deputado nesta Casa, muitas vêzes eram feitas mudanças contrárias à vontade do próprio Secretário de Estado, do próprio Governador do Estado. Não é o caso e sim representa apenas na hora da escolha de cargos de maior importância na vida pública do Estado; é apenas o Deputado um dos representantes que deve também dar a sua opinião porque, na realidade, é um dos maiores representantes do povo paranaense, do qual ele mereceu a votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao orador que está esgotado o seu tempo. E se quiser poderá requerer a prorrogação.

O SR. ACYR JOSÉ — Obrigado sr. Presidente. Requeiro a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Deferida.

O SR. ACYR JOSÉ — Refiro-me, sr. Presidente, nobres Deputados à conduta há alguns dias passados, do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, que aqui desta Tribuna apelava às autoridades do meu Estado que olhassem com maior carinho a um bairro de nossa Curitiba, que tem sido, sem dúvida, o cartão de visitas aos turistas inúmeros que aqui aportam.

Longe de nos irritarmos; longe de nós o constrangimento; pelo contrário. A participação daquele Deputado, faria eco a um nossa solicitação que fizemos no início desta Legisatura, sentindo também, sentindo com a força do apelo do nobre Deputado que se juntem forças maiores para que as nossas autoridades olhassem aquele local tão importante para Curitiba. E pensamos assim; e estamos caminhando neste Poder, sentindo que aqui é o Paraná; e que as dissensões partidárias só enfraquecem o Partido e diminuem o Regime Democrático.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quero enfatizar.

O Sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Acyr José, quero apenas dizer a V. Exa. que eu pretendia, numa aparte, dizer algo ao nobre Deputado Muggiati Filho sobre este problema tão discutido, de liderança e de comandos políticos; mas que infelizmente, dada a hora, este meu aparte tem o sentido de comunicar ao nobre Deputado que eu e o Líder do MDB temos necessidade de nos retirar desta Casa, neste instante, em face de uma audiência que nós temos, de interesse de todos os srs. Deputados; razão porque eu quero que V. Exa. entenda que a nossa saída não seja um ato de desconsideração a um amigo que eu tanto considero e que ocupa a Tribuna com tanto brilhantismo.

Comprometo-me, nas próximas sessões, tratar do assunto desta Tribuna.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sem querer interromper o discurso de V. Exa. quero agradecer os subsídios trazidos a esta Casa, pelo nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira e pelo eminente líder da Maioria, Deputado João Mansur, e reiterar que o assunto nos interessa, não para contestar a sua validade dentro da Aliança Renovadora Nacional, a cujo Partido não pertencemos e cuja matéria nos foge no âmbito político partidário, mas nos interessa no seu aspecto político-social dentro da política brasileira. E, sob esse aspecto, não é crítica é, por assim dizer, abordar aqui relações de comando político ligadas aos Municípios dentro dos quais temos interesse. Aliás devo, a bem da verdade, e mesmo por ter sido feita uma referência pelo Deputado Quielise Crisóstomo da Silva

quando se reportou ao Município de Sabaudia, devo dizer que temos encontrado não só em relação àquele Município, mas também em relação a Arapongas, a Astorga, um comportamento de elevada ética dentro da recíproca que procuramos traduzir dentro da atividade política. Agradeço e peço desculpas por interromper o brilhante pronunciamento de V. Exa.

O SR. ACYR JOSÉ — É sempre uma satisfação ouvir V. Exa.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queremos manifestar, mais uma vez, sem nenhum constrangimento a admiração que temos por V. Exa., um homem que milita em campo oposto ao em que militamos, mas isto não importa. O que importa são as intenções, a formação. Estamos acompanhando o discurso de V. Exa. e pudemos perceber ser um discurso autêntico, de um homem que está convencido do que diz. Quero congratular-me com V. Exa. e dizer que o pronunciamento de V. Exa. engrandece o Partido ao qual pertence, porque os partidos nada mais são do que os homens que os integram. Se os homens são bem formados, bem intencionados, assim será o Partido a que eles pertencem. Quero dizer que tenho ponto de vista formado em torno da tese comando político, o qual já expus. Quero dizer também, a bem da verdade, que na minha região não tem havido problemas nem conflitos. Se esses conflitos tivessem existido, denunciaríamos desta Tribuna, como o faremos no momento em que isto acontecer.

Todavia, Deputado Acyr José expôs um ponto de vista de que os comandos políticos são formas ultrapassadas, mas respeito os pontos de vista opostos. Espero para o meu Estado um grau de evolução na vida pública, igual ao que já adotaram outros Estados. Tive há poucos dias, e V. Exa. há de compreender, o que vou dizer a esta Casa, o dissabor de encaminhando um processo do Ensino Médio do Estado à Secretaria de Educação, ouvir de uma pessoa que conduzia esse processo que ouviu da Diretora, ou pessoa responsável, que era preciso que aquele processo fosse enviado a um Deputado "quente", para usar o termo empregado lá. Então, mandei essa pessoa perguntar o que era "Deputado quente". E a resposta foi que "Deputado quente" é determinado Deputado que tem comando político.

E estamos falando isto porque somos o único representante de uma área imensa, o povo que nos mandou de lá, não quis mandar outro representante. Mas, quero que fique claro que não vou pleitear comando político, mas fico privado de pleitear algum benefício em favor de meus Municípios, numa Secretaria que não pertence ao Governo, mas sim ao povo, ao mesmo povo que nos mandou para cá. Portanto, não deve haver essa discriminação que, a meu ver, é odiosa, não está de acordo com o progresso de nosso Estado. Isso não podemos conceber.

Quero, mais uma vez, nobre Deputado, ressaltar o brilhante pronunciamento que V. Exa. está proferindo, neste instante.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ACYR JOSÉ — Queria antes agradecer a manifestação sincera e espontânea do nobre Deputado Nivaldo Krüger e que calou profundamente em meu coração e me servirá de estímulo para que possa prosseguir na vida pública.

Fico satisfeito também, admiro muito S. Exa., considero-o um dos mais brilhantes Deputados desta Casa. E minha manifestação é sincera.

Concedo aparte ao Deputado Sebastião Rodrigues.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Nobre Deputado, não desejo roubar muito do tempo que V. Exa. ocupa com tanto brilhantismo.

Inicialmente, sobre o episódio que V. Exa. se referiu de meu apelo acerca do tratamento que o Poder Público tem dispensado àquele bairro que, como V. Exa. bem acentuou, é o cartão de visita de nossa Capital. Quanto ao apelo que fiz para que o Poder Público lá também se fizesse presente com realizações e não apenas com promessas.

Quero dar meu testemunho desnecessário aliás, sobre a forma como V. Exa. recebeu e aplaudiu esse apelo.

De fato, o procedimento de V. Exa., na vida pública já é conhecido de todos aqueles que militam na política, não só quando V. Exa. representou o povo de Curitiba, na Câmara Municipal, como também agora quando o faz na condição de Deputado Estadual.

V. Exa. se solidarizou comigo naquele apelo, dando assim o testemunho da isenção de V. Exa. e do elevado propósito que conduz a sua atuação nesta Casa.

E se me atrevo a entrar também neste assunto de comandos políticos e de dissensões partidárias que V. Exa. também aborda da Tribuna, se me atrevo a fazer isso é porque V. Exa. situou o problema em termos elevados. Na verdade, o que as dissensões, o que os choques provocados pela distribuição de comandos políticos refletem, demonstram, a esta Casa, ao povo do Paraná, é o artificialismo da vida política, não só do nosso Estado, mas também o artificialismo da vida política nacional. Nós todos sabemos que não existe ARENA. Apenas é uma forma de eufenismo. Não se pode dizer que existem blocos únicos, que existe um Partido monolítico quando todos sabemos que existem várias tendências agrupadas dentro da ARENA e que o Governo cisma em manter, através de uma legenda.

É este artificialismo que se torna necessário superar para que os Partidos se organizem de baixo para cima, para que cada Deputado, para que cada eleitor possa buscar não apenas uma legenda para se eleger, mas uma sigla que traduza, de fato, o seu pensamento político, que traduza, de fato, o seu propósito de idealismo na vida pública.

Esse artificialismo é a demonstração, ou melhor, esse artificialismo é o resultado, é o que fica cabalmente provado, as dissensões ocorridas dentro do Partido do Governo. Isso continuará a existir até aquele ponto que o Governo permita que se criem mais Partidos nesta terra, mais uma ou duas legendas, para que as várias pendências sejam agrupadas em mais de uma ou duas legendas, como as que estão regendo a vida política deste País. Acabe com esse artificialismo, sob pena da vida política cair totalmente no marasmo. Temos que superá-lo, temos que apelar ao Governo para que permita o retorno a um pluripartidarismo. Agradeço a V. Exa. o aparte e renovo aqui as minhas esperanças de que num futuro bem próximo, possa o povo do Paraná ter para escolher mais de dois Partidos e que os Deputados que aqui estão nesta Casa representando o povo, possam fazê-lo dentro da legenda que condiga de fato com seu pensamento e propósitos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Informo ao orador que está esgotado o prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.os 81-70, 277-70, 53-71 e 92-71.

2.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.os 68-71 e 81-71.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.o 175-70.

O SR. PRESIDENTE — Fica também marcada a Sessão para a próxima, sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.os 128-70 — 153-70 — 215-70 — 260-70 — 11-71 — 24-71 — 39-71 — 41-71 e 93-71.

Levanta-se a Sessão.